

ENTREVISTA COM A RAPPER E CIENTISTA SOCIAL RUBIA FRAGA**Entrevistada:** Rubia Paula Fraga**Entrevistadora:** Bruna de Torres Beserra**Contextualização**

Desde os primórdios do movimento Hip Hop em São Paulo, na Estação São Bento e na Praça Roosevelt, as “minas”¹ já integravam a cena dessa cultura de rua. A questão é que a visibilidade dada às mulheres como Lady Rap, Ieda Hills, Sharylaine, Rose MC, Dina Di e Rubia Fraga não se equipara à mesma de um Mano Brown, Emicida e Sabotage, dentre outros homens precursores do movimento. Sobre estes existe um vasto material audiovisual e acadêmico, cenário totalmente diferente em relação às mulheres rappers da old-school, muitas vezes apagadas da história por conta do sexismo e do machismo que ainda permeiam a sociedade brasileira.

Essa percepção sobre a falta de notoriedade e memória das mulheres Hip Hoppers, fica evidente nas palavras da pesquisadora Priscilla Vierros², presentes no livro “Perifeminas Vol. 1” (2013):

Sim, as mulheres sempre fizeram parte de todo o início do hip hop no Brasil e infelizmente, não se tem dados precisos sobre suas participações, que se misturam com a história do início das carreiras de muitos nomes conhecidos hoje em dia. O que temos como referência são retalhos. Pedacos de vivências que fazem parte das reportagens e de todo o material bibliográfico encontrado que contam a história na visão masculina, pelo menos neste início do movimento.

Diante deste fato, a presente entrevista visa contribuir com a construção de uma memória sobre as “minas” da cultura hip hop brasileira, a partir de suas próprias vozes. Sendo assim, evidenciar a trajetória da rapper Rubia Fraga, uma das mulheres precursoras do Hip Hop no Brasil, é parte essencial dessa tarefa.

¹“Mina” é uma gíria utilizada frequentemente dentro do movimento Hip Hop, e se refere a pessoas do gênero feminino.

² Priscilla Vierros é jornalista e produtora, responsável pela Comunicação Regional São Paulo da Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop.

Sobre a entrevistada

Rubia Fraga é MC e ativista pioneira do Movimento Hip Hop em São Paulo. Mulher periférica, moradora da COHAB II em Itaquera no extremo leste da capital paulista. Atualmente como servidora pública, atua no Fomento à Cultura da Periferia, política pública cultural da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMC). Rubia foi fundadora em 1991 do grupo de rap RPW, criador do estilo bate-cabeça. Além disso, a rapper possui título de bacharel e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mas afirma ser formada primeiramente pelo Hip Hop e pelas ruas.

Saudações, Rubia! Desde já, muito obrigada.



Figura 1: Rúbia Fraga
Fonte: Cadu Barbosa, (2023)

A entrevista

1. Para iniciar essa entrevista, julgo necessário que a primeira pergunta precisa ser acerca de sua trajetória. Saudosa Rubia, nos conte um pouco sobre como ocorreu esse encontro entre você e o Movimento Hip Hop? Em que momento e por que esse laço aconteceu?

Em primeiro lugar quero saudar a todos e agradecer o convite, sinto-me honrada!

Minha trajetória no Hip Hop se inicia em 1989, mas costumo dizer que antes mesmo já estava, sem saber, inserida na cultura como frequentadora dos bailes black que dominavam São Paulo nos anos 80. A sonoridade, estética, códigos e sensação de pertencimento me afetaram. E foi num desses bailes que vi, pela primeira vez, um show de rap com os pioneiros Thaíde & DJ Hum e o MC Jack. Posteriormente, vi Sharylaine, MC Regina e o grupo Night Girls no palco, e me senti fortalecida e motivada a buscar os palcos!

Desde então, comecei uma busca pelos lugares onde se encontravam. Achei a São Bento, a rua 24 de maio e suas galerias, e me aventurei pelos concursos de rap muito em voga naquela época, era o lugar de visibilidade dos artistas em uma época analógica. Num desses concursos conheci o DJ Paul, e posteriormente, o W-Yo, assim formando o grupo RPW em 1991.

2. Na letra da música “Discriminadas” do EP História do Rap Nacional Vol. 12, lançado em 1994 pelo RPW, são evidentes os questionamentos colocados por você acerca da posição social da mulher na sociedade brasileira, abordando questões sobre as opressões e discriminações sofridas. Nessa época você já compreendia que tal posicionamento fazia parte do que chamamos hoje de feminismo? Em que momento o conceito e autodenominação como feminista chegaram até você?

Interessante hoje revisitar essa música e perceber que ali já havia um discurso feminista, e que na época que escrevi (meados de 1990) não tinha ideia do que era esse conceito, ao menos nas periferias.

Essa música tem um tanto de coisas que senti na pele, outros tantos de mulheres do meu entorno e que observava. O rap como conheci, era feito tal como crônicas periféricas e trazendo relatos do cotidiano. Nessa chave, escrevi “Discriminadas”. Depois de alguns anos, ouvi pela primeira vez o conceito feminismo pela música Codinome Feminista do grupo Lady Rap, e assim fui me formando, posteriormente, nos coletivos femininos de Hip Hop.

3. Em uma das partes de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), você reflete acerca da construção da Frente Nacional de Mulheres do Hip Hop (FNMH2), a qual teve sua idealização firmada através de uma carta de reivindicações, apresentada no Primeiro Fórum de Mulheres do Hip Hop que ocorreu no ano de 2010. A partir da sua perspectiva, as demandas feitas pelas hip hoppers naquela época ainda são as mesmas dos dias atuais? Houve mudanças em relação às pautas atualmente debatidas pela FNMH2 e demais coletivos femininos de Hip Hop?

Os coletivos femininos de Hip Hop formaram o eixo da minha monografia, tendo como objetivo entender a movimentação e impacto desses grupos dentro da cultura Hip Hop e em suas agentes.

É notório os avanços obtidos na formação e fortalecimento das mulheres que, de alguma forma, estão ou estiveram dentro da FNMH2, que tem braços no Brasil e em alguns países. A cada fórum, observa-se também o tanto que é preciso avançar em relação ao espaço ainda predominantemente masculino.

Estruturalmente as demandas continuam as mesmas, são elas: pelo fim da violência contra a mulher, da misoginia, do machismo, da homofobia, da transfobia, e o direito de ocupar e ter respeito nos espaços dentro da cultura Hip Hop!

4. Recentemente o RPW foi premiado pelo Prêmio Cultura Viva Construção Nacional Hip Hop, criado em comemoração aos 50 anos do Movimento. A partir do seu olhar como uma das MC's pioneiras do Movimento, qual a importância de premiações e reconhecimentos como esse advindo do poder público e da academia? Como você enxerga a maneira como vêm sendo executadas as políticas governamentais e pesquisas acadêmicas acerca do Movimento Hip Hop?

O prêmio Cultura Viva Hip Hop é fruto da luta das e dos hip hoppers de todo o Brasil. Ainda há muito que se avançar em políticas públicas para o Hip Hop e por tanto que essa cultura fez e faz em 40 anos no Brasil!

O Hip Hop e suas linguagens tem feito um trabalho cultural, artístico e social em lugares que o poder público nem alcança! É o mínimo que o Estado crie e proporcione acesso a fomentos para seus trabalhadores.

Na academia sabemos que o Hip Hop tem sido, desde sempre, objeto de estudos. E eu como ingressante de 2012 até a formatura em 2019 na UNIFESP, observei a expansão de ingressantes das periferias, e muitos advindos da cultura Hip Hop. Dessa forma, como dizemos na quebrada: “deixa que nós mesmos contamos nossas histórias!”.

Importante salientar o trabalho que está sendo feito na UNICAMP pelas professoras e pesquisadoras Jaqueline Lima Santos e Daniela Vieira (Hip Hop Studies), e o “I Arquivo Brasileiro de Hip-Hop”.

Além disso, é necessário pontuar que, apesar dos avanços, também se faz urgente o reconhecimento do Hip Hop como patrimônio imaterial pelo IPHAN³.

Referências

RABETTI, Lunna (Org.). Perifeminas Vol, 1: Nossa História. São Paulo: Livre Expressão Editora, 2013, 88.

³ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).